

# Simonsen: sem desindexação, pior para o assalariado.

O poder aquisitivo dos assalariados acabará sendo expurgado pelas vias indiretas — e muito mais cruéis — do aumento da inflação e da taxa de desemprego. Assim o ex-ministro do Planejamento Mário Henrique Simonsen encara a não inclusão da desindexação no pacote econômico. Para ele, "é pura ilusão imaginar que os assalariados se beneficiam com a ausência de expurgos no INPC".

Apesar de elogiar algumas medidas do pacote, Simonsen mostrou-se muito preocupado com a queda no nível de emprego no País que, a seu ver, deverá acelerar-se ainda mais com medidas que trazem inflação corretiva, sem o necessário expurgo. Mesmo assim, ele acha "louváveis" muitas medidas do pacote. Algumas delas, inclusive, já deveriam ser tomadas há muito mais tempo, como a eliminação do limite quantitativo do crédito bancário e a redução do IOF e os cortes dos subsídios do petróleo.

Argumentou Simonsen que não dispunha de informações específicas sobre o impacto das medidas no déficit público. Assim, não poderia afirmar se esse pacote seria suficiente para ajustar o orçamento do governo com os níveis comprometidos com o Fundo Monetário Internacional.

— Ficaria bem mais tranquilo — disse Simonsen — se o pacote contivesse o início do processo de desindexação, com o expurgo dos aumentos do trigo e do petróleo no INPC e nas ORTN e a vinculação da taxa de câmbio ao índice de preços por atacado de produtos industriais, exclusive o petróleo, ao invés do IGP — Índice Geral de Preços.

Com efeito, explicou o ex-ministro, "o Índice Geral de Preços captará vários aumentos que não significam pressão sobre os custos de exportação. Se houvesse esse princípio de desindexação, o governo diminuiria os encargos da dívida interna que hoje constituem um dos principais focos de déficit público. E os custos financeiros das empresas baixariam bastante".